

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.422.116 - CE (2018/0342997-5)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**AGRAVANTE : FRANCISCO PEDROSA FEITOSA (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial objetivando reforma de acórdão mantendo, na íntegra, a sentença que condenou FRANCISCO PEDROSA FEITOSA à pena de 15 (quinze) anos de reclusão, por infração ao art. 121, §2º, II e IV, do Código Penal, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 289):

**EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. NÃO OCORRÊNCIA. CONVENCIMENTO DO CONSELHO DE SENTENÇA CONSONANTE À PROVA TESTEMUNHAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.**

1. Trata-se de processo em que se apurou a prática, pelo acusado/recorrente, de homicídio qualificado, nos termos do artigo 121, §2º, II e IV, do Código Penal. Devidamente processado pelo Juízo da 1ª Vara da Comarca de Tauá/CE, o réu fora condenado pelo Conselho de Sentença do Tribunal do Júri, pela prática do crime em comento.
2. Nos termos da jurisprudência consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça, decisão manifestamente contrária às provas dos autos é aquela que não encontra amparo nas provas produzidas, destoando, desse modo, inquestionavelmente, de todo o acervo probatório. Havendo duas versões a respeito do fato, ambas amparadas pelo conjunto probatório produzido nos autos, deve ser preservada a decisão dos jurados, em respeito ao princípio constitucional da soberania dos veredictos.
3. Ao contrário das razões apresentadas pela Defensoria Pública do Estado do Ceará, não há o que se falar na ocorrência de julgamento contrário à prova dos autos, pois dos depoimentos colhidos em Juízo pode-se extrair uma versão segundo a qual o acusado/recorrido teria sido o autor do homicídio apreciado. No caso, deve-se admitir, pelas declarações das testemunhas arroladas, a possibilidade de o acusado/recorrido ter estado com a vítima no local e no

*momento do delito.*

**4.** *Assim, conforme o princípio constitucional da soberania dos veredictos, disposto no artigo 5º, XXXVIII, c), da Constituição Federal de 1988, deve-se manter inalterada a sentença condenatória ora impugnada.*

**5.** *Apelação criminal conhecida e não provida.*

Nas razões do recurso especial, fulcrado na alínea "a" do permissivo constitucional, alega a defesa violação dos arts. 156 e 386, VI, do Código de Processo Penal e 25 do Código Penal.

Sustenta, em síntese, que a prova colhida no processo não autoriza a formação de juízo condenatório.

Aduz que "O Tribunal de segundo grau, em verdade, inverteu o ônus *probandi*, como se vê da valoração que faz dos elementos de prova, interpretando todas as dúvidas e vácuos probatórios em desfavor do réu, desconsiderando as declarações judiciais das testemunhas e reputando, sem que se saiba por quais razões, indignas de fé os testemunhos que inocentam o Recorrente." (e-STJ fl. 315).

Prossegue dizendo que "é de rigor a exclusão, de ofício, da qualificadora do motivo fútil e do recurso que impossibilitou a defesa da vítima, vez que a denúncia e a pronúncia não narram fato configurador das referidas circunstâncias qualificadoras, alegando o juízo de piso somente o princípio do 'in dubio pro societatis'." (e-STJ fl. 315).

Pugna, ao final, pelo provimento do recurso, anulando-se o julgado para que seja o recorrente submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri. Alternativamente, requer a exclusão das qualificadoras do motivo fútil e do recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

Contra-arrazoadado (e-STJ fls. 332/338), o recurso foi inadmitido (e-STJ fls. 340/343), motivando o presente agravo.

Manifestação do Ministério Público Federal pelo não

conhecimento do agravo, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 382):

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL PLEITO DE ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVAS. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DESSE STJ. PRECEDENTES. PARECER PELO NÃO-CONHECIMENTO DO AGRAVO.*

É o relatório. Decido.

O agravo não comporta conhecimento.

Isso porque o recurso especial foi inadmitido na origem devido à incidência da Súm. n. 7/STJ e por ausência de prequestionamento, este último não impugnado pela defesa, atraindo o enunciado sumular n. 182 do STJ.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ENUNCIADO N. 182 DA SÚMULA DO STJ. INSURGÊNCIA NÃO CONHECIDA. 1. Enquanto a decisão que não admitiu o Recurso Especial assentou os óbices das Súmulas n. 7 e 83/STJ, no agravo em recurso especial a defesa limitou-se a impugnar a necessidade de revolvimento de matéria fático-probatória na via especial.*

*2. Deixando a parte agravante de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, é de se aplicar o enunciado n. 182 da Súmula do STJ.*

*[...]*

*3. Agravo improvido. (AgRg no AREsp 861.358/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 17/08/2018)*

Ainda que assim não fosse, concluindo as instâncias ordinárias, soberanas na análise das circunstâncias fáticas da causa, que o recorrente praticou o delito de homicídio qualificado, chegar a entendimento diverso implica em exame aprofundado do material fático-probatório, inviável em recurso especial, a teor da Súmula n. 7/STJ.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ABSOLVIÇÃO. EXCLUDENTE DE ILICITUDE. LEGÍTIMA DEFESA. DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.*

*Tendo o eg. Tribunal de origem concluído que o Conselho de Sentença, ao decidir por uma das versões apresentadas em Plenário, o fez com base no conjunto de provas que foram submetidas a sua apreciação, a alteração de tais conclusões demanda nova incursão no conjunto fático-probatório, providência incabível em sede de recurso especial, a teor do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.*

*Agravo regimental desprovido. (AgRg no AgRg no AREsp 991.510/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 05/04/2017)*

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. ABSOLVIÇÃO. DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. ELEMENTOS PROBATÓRIOS. INDÍCIOS SUFICIENTES DE MATERIALIDADE E DE AUTORIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*1. Não se anula julgamento proferido pelo Tribunal do Júri por eventual fragilidade das provas, mas tão somente quando os jurados decidem sem nenhum lastro nas provas dos autos, o que não se verifica na espécie.*

*2. As provas coligidas foram apresentadas em plenário para formar a convicção dos jurados, que optaram, por sua livre e natural convicção, pela versão acusatória, que lhes pareceu mais verossímil, rejeitando a tese defensiva de legítima defesa própria.*

*3. Para acolher-se o pleito acusatório, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada pela Súmula n. 7 do STJ.*

*4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 770.400/ES, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/05/2016, DJe 17/05/2016)*

*PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 593, III, "D", DO CPP E 121, § 2º, II E IV, DO CP. DECISÃO DOS JURADOS MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS E EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS. REEXAME FÁTICO E PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

*1. Para dissentir do entendimento do Tribunal de origem, - que soberano na análise das circunstâncias fáticas da causa, concluiu que a decisão dos jurados não foi manifestamente contrária às provas dos autos, mas, simplesmente, acolheu a tese da acusação, bem como entendeu por manter as qualificadoras reconhecidas pelo Conselho de Sentença - , seria necessário o revolvimento do material fático-probatório dos autos, procedimento incabível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.*

*2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 699.063/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 06/08/2015, DJe 26/08/2015).*

Diante do exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator